



***Intervenção do Secretário-Geral da CGTP-IN***

Camaradas:

Saudamos todos os trabalhadores que nas empresas e na rua lutam por melhores condições de trabalho e de vida. Saudamos os que com a luta derrotaram o anterior governo e que agora assumem o compromisso de intensificar a luta para rejeitar a proposta de lei do Governo do PS que fomenta a precariedade, desregula os horários, ataca a contratação colectiva, reduz os rendimentos, promove a exploração e acentua as desigualdades.

Esta proposta de lei é uma fraude à prometida valorização do trabalho, uma submissão aos interesses do grande patronato e dos partidos da direita e uma afronta aos valores de Abril e à Revolução dos cravos, que este ano comemora o seu 45º aniversário.

Porque temos memória, este é o momento certo para recordar que há dois anos o Governo, ao apresentar o Livro verde das Relações Laborais, denunciava os impactos do memorando da troika na área do trabalho e o rasto de destruição que provocou nas relações laborais e nos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Dizia então que a excessiva precariedade estava na base da desigualdade salarial, era impulsionadora do desemprego, geradora da pobreza laboral, responsável pela fraca qualificação da força de trabalho, um risco para o aumento da natalidade e o equilíbrio demográfico do país e um perigo para a sustentabilidade financeira da segurança social.

Contudo, a distância entre o diagnóstico e as propostas agora apresentadas não podia ser maior.

Dando o dito por não dito, o Governo do PS não só não ataca as causas do problema que inferniza a vida dos trabalhadores e das suas famílias, como mantém o essencial da receita da troika, que nos colocou como um dos países com maiores desigualdades sociais na União Europeia.

Na política, como em tudo na vida, mais importante do que o que se diz é o que se faz. Por isso, não é admissível que o mesmo Governo que diz querer romper com o modelo de baixos salários e trabalho precário, se tenha associado ao PSD, ao CDS, ao grande patronato e ao aliado do costume, para atacar princípios constitucionais como os da segurança no emprego, da igualdade, do direito à contratação colectiva e do tratamento mais favorável.

A proposta de lei que o Governo apresentou na Assembleia da República, constitui um atentado aos direitos dos trabalhadores, um ataque aos sindicatos de classe, uma provocação à Constituição da República Portuguesa e um instrumento de empobrecimento laboral para o futuro do País.

A CGTP-IN rejeita a escravização do período experimental de 180 dias para os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração e o despedimento livre, sem necessidade de fundamentação ou pagamento de qualquer compensação ou indemnização, que viola os princípios constitucionais da segurança no emprego e da igualdade.

E não só não aceita o alargamento dos contratos de muito curta duração e a sua generalização a todos os sectores de actividade, como considera desumana a hipótese de os trabalhadores ficarem sem direito a subsídio de desemprego e de doença, por não terem o tempo de contribuições mínimo exigido por lei.

O combate à precariedade faz-se assumindo a passagem dos trabalhadores que prestam serviço permanente ao quadro de efectivos das empresas e não com supostas taxas a pagar à Segurança Social para normalizar, legitimar e incentivar os patrões a apostar nos vínculos precários para explorar mais e pagar menos. Uma situação inadmissível que se estende ao sector público, onde o Governo, com o PREVPAP, se fosse tão lesto a colmatar a falta de trabalhadores na educação, na saúde, na

segurança social ou nos serviços públicos como é a tapar os buracos dos banqueiros, há muito que já tinha varrido a precariedade na Administração Pública.

Sim, estamos hoje nas ruas de Lisboa para rejeitar o rumo de regressão social e laboral que nos querem impor e assumir o compromisso de prosseguir e intensificar a luta contra os que persistem em sobrepor os lucros de alguns ao esmagamento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Por mais histórias que nos queiram contar, a realidade demonstra que o futuro e o progresso social são indissociáveis da valorização dos trabalhadores e dos seus direitos.

Por isso, dizemos que o caminho certo e seguro para a dignificação das relações laborais, passa pela afirmação da contratação colectiva como um instrumento de harmonização social no progresso e não pela caducidade das convenções colectivas e a sabotagem e chantagem patronal que é exercida para fazer baixar salários e aniquilar direitos.

Num momento em que ganhamos, em termos médios, menos 6% do que em 2010, o banco de 150 horas anuais, defendido pelos patrões e o Governo, constitui não só uma afronta aos trabalhadores, enquanto produtores da riqueza deste País, como os 2,6 mil milhões de euros de trabalho gratuito, que lhe estão associados, assumir-se-iam como um saque organizado na lógica da redução de rendimentos e de empobrecimento laboral.

Não há volta a dar. Este é o momento de os deputados do PS encostarem à esquerda e descolarem da direita. Um momento em que o seu voto tem de dar voz às reivindicações da CGTP-IN e dos trabalhadores e impedir que direitos civilizacionais e princípios constitucionais sejam postos em causa, na casa da democracia.

Um momento que exige seriedade, rigor e respeito pelos trabalhadores. Não é admissível, no plano político, que o Governo proponha um memorando de entendimento, na CPCS, para a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e depois persista em manter, na Assembleia da República, uma proposta de lei que põe em causa a segurança no emprego e introduz a hipótese de 12 horas de trabalho diário. Um banco de horas onde o patrão tinha o poder de decidir os domingos e eventualmente os sábados para os trabalhadores conciliarem a vida pessoal e familiar, e as segundas, terças, quartas, quintas e sextas para explorar e condicionar a efectivação dos direitos de maternidade e paternidade.

Também no que respeita ao denominado programa Regressar para os que foram obrigados a emigrar, por mais campanhas de publicidade que façam, o retorno destes portugueses passa, sobretudo, pela segurança no emprego, salários justos e reconhecimento das suas competências, e não apenas pela redução do IRS. Acresce que, a manter-se a posição do Governo sobre a legislação laboral, a precariedade e a desvalorização das competências e qualificações dos trabalhadores dos sectores público e privado em Portugal, o que poderemos ter em breve como resposta ao programa Regressar é um programa Emigrar, com evidentes prejuízos para os assalariados, as famílias e o desenvolvimento do País.

É hora de reforçar a unidade e coesão de todos os trabalhadores, dos sectores privado e público. A importância da continuação da luta por respostas positivas às reivindicações dos trabalhadores é indissociável da junção de forças e vontades para a convergência da luta por um Portugal com futuro.

O tempo é de avançar. Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores e o trabalho, debloquear a contratação colectiva e garantir que todos os postos de trabalho permanentes sejam ocupados por trabalhadores com um vínculo efectivo.

Avançar com o aumento geral dos salários, para equilibrar a repartição da riqueza, dinamizar a economia e impulsionar o crescimento económico. Os últimos anos estão aí para provar que é este

o caminho; foram as devoluções nos rendimentos que permitiram a criação de emprego; será com melhor emprego que daremos sequência ao crescimento do país.

Avançar no SMN, lutar em cada empresa pelos 650€, patamar mínimo para a garantia da justiça social e um meio para retirar da pobreza quem ainda hoje empobrece a trabalhar.

Avançar na redução do tempo de trabalho. Numa época do conhecimento, da ciência e da tecnologia, rejeitamos que esta seja usada para aumentar os lucros de uns poucos e exigimos que os ganhos sejam para toda a sociedade e em especial, para quem produz a riqueza: os trabalhadores.

Avançar na defesa e melhoria das funções sociais do Estado e dos serviços públicos e na valorização dos trabalhadores da Administração Pública. Avançar no investimento para a construção das bases que nos permitem dar o salto para a produção de novos produtos, de maior valor acrescentado.

Avançar na luta para rejeitar a proposta de lei laboral do Governo do PS, dos partidos da direita, das confederações patronais e da UGT, porque conflituam com os princípios constitucionais, são precursoras do empobrecimento laboral e do condicionamento do desenvolvimento económico e social.

Estas são razões que justificam e exigem também uma rápida intervenção do Senhor Presidente da República para evitar um novo atentado aos direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Sabemos das dificuldades que nos esperam, mas com as convicções que nos acompanham, a força da razão que nos assiste e a confiança de que com a vontade de lutar, haverá esperança de vencer, vamos intensificar a nossa acção nos locais de trabalho e participar activamente nos actos eleitorais que se aproximam.

Levando já no dia 26 de Maio a luta ao voto, rejeitando as políticas responsáveis pelo ataque aos direitos dos trabalhadores, ao desenvolvimento e soberania do país e apoiando aqueles que sempre estiveram com a CGTP-IN, com as suas propostas e reivindicações.

Participando massivamente nas Galerias da Assembleia da República, no dia em que for votada a proposta de lei laboral do Governo do PS.

Manifestando a nossa solidariedade com todos os trabalhadores que lutam pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Apelando à participação dos trabalhadores nas manifestações populares do 25 de Abril.

Mobilizando os trabalhadores e o povo português para a grande jornada de luta nacional que terá lugar no dia 1 de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, porque como um dia disse Che Guevara:

*“Lutam melhor os que têm belos sonhos”.*

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!  
VIVA A CGTP-IN!